



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 559021 - RJ (2020/0019295-3)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : FERNANDO DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : NEIARDO SANT'ANA GUIMARAES  
**CORRÉU** : JOANA ALVES DE AZEVEDO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **FERNANDO DOS SANTOS**, no qual é apontado como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 23 anos e 9 meses de reclusão, em regime prisional fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, e 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (e-STJ, fls. 67-72).

Irresignada, a defesa apelou ao Colegiado de origem, que desproveu o recurso, à unanimidade de votos, nos moldes da seguinte ementa:

"APELAÇÕES CRIMINAIS. TRIBUNAL DO JÚRI. ART. 121 § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL, ART. 121 § 2º, I E IV C/C 14, II, DO CÓDIGO PENAL E ART. 244-B DO ECA. RECURSO MINISTERIAL IMPUGNANDO A APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PELO RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À NEIARDO NÃO SUBSISTE NA HIPÓTESE DE COAUTORIA. A DEFESA TÉCNICA DE NEIARDO SANT'ANA APRESENTA RECURSO, REQUERENDO A REFORMA DO JULGADO NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE, PARA QUE O SEJA NO MÍNIMO LEGAL, EM RAZÃO DE O APENADO SER PRIMÁRIO E AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS LHES SÃO FAVORÁVEIS. A DEFESA DE FERNANDO DOS SANTOS PUGNA, PRELIMINARMENTE: (1) PELA ANULAÇÃO DO JULGAMENTO, SOB OS ARGUMENTOS DE QUE O ADOLESCENTE WANDERSON NÃO FOI ADVERTIDO DO SEU DIREITO AO SILÊNCIO; (2) PELO FATO DE O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM SEU DEBATE ORAL, TER SE REFERIDO AO SILÊNCIO DO APELANTE FERNANDO QUANTO ÀS PERGUNTAS FORMULADAS PELO MEMBRO DO PARQUET, O QUE TERIA INDUZIDO OS JURADOS A ACREDITAREM NA SUA CULPA. SUBSIDIARIAMENTE, REQUER A FIXAÇÃO DA PENA-BASE EM SEU MÍNIMO LEGAL, UMA VEZ QUE UM DOS CRIMES RESULTOU SOMENTE TENTADO E, TAMBÉM, PORQUE NÃO TERIA SIDO IMPUTADO AO RÉU UM HOMICÍDIO PRATICADO COM MEIO CRUEL, RECONHECENDO-SE QUALIFICADORA POR VIA TRANSVERSA. Questão preliminar 1. Desassiste razão à defesa na sua pretensão de refazimento do Júri, em razão da oitiva de testemunha que à época participou do delito na condição de corréu. Com efeito, não se desconhece a orientação jurisprudencial e doutrinária no sentido de ser vedada depor perante Comissão Parlamentar de

Inquérito, o direito de se manter em silêncio, sem se expor - em virtude do exercício legítimo dessa faculdade - a qualquer restrição em sua esfera jurídica, desde que as suas respostas, às indagações que lhe venham a ser feitas, possam acarretar-lhe grave dano ("Nemo tenetur se detegere"). É que indiciados ou testemunhas dispõem, em nosso ordenamento jurídico, da prerrogativa contra a auto-incriminação, consoante tem proclamado a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal (RTJ 172/929-930, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RDA 196/197, Rel. Min. CELSO DE MELLO - HC 78.814/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.). Cabe enfatizar que o privilégio contra a auto-incriminação (...) traduz direito público subjetivo, de estatura constitucional, assegurado a qualquer pessoa pelo art. 5º, inciso LXIII, da nossa Carta Política. (...)” (HC 83648 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 20/10/2003, publicado em DJ 28/10/2003 PP-00079). GRIFEI. Assim, em se tratando de um direito público subjetivo, ou seja, exclusivamente inerente à esfera jurídica da pessoa do depoente, a sua invocação no caso em tela serviria a proteger, tão somente, o adolescente Wanderson, não se estendendo jamais na sua cobertura protetiva até o réu Fernando, como quis fazer crer a defesa. E, quanto a este adolescente, os autos noticiam e dão conta de que ele já fora submetido ao juízo menoril, onde admitiu os fatos e apontou os ora recorrentes Neiardo e Fernando como sendo os autores do crime, importando ressaltar que ao menor já fora, inclusive, aplicada medida sócio educativa, através de decisão transitada em julgado. Logo, é de todo impossível que eventual testemunho em Juízo, nos autos de processo onde não figura como parte, pudesse lhe ocasionar algum prejuízo. Em suma, o direito ao silêncio é garantia no sentido de constituir um direito fundamental de não produção de provas, não contra terceiros, mas exclusivamente contra si mesmo, além de se mostrar um valioso mecanismo de autodefesa dos acusados em geral. Por tais razões, torna-se invencível o fato de que eventual advertência quanto ao direito ao silêncio e a não auto-incriminação perante o Tribunal do Júri de nada aproveitaria ao adolescente Wanderson, tampouco lhe carregaria prejuízo de qualquer forma ou espécie. A duas, toda e qualquer alegação de nulidade impõe, para o seu reconhecimento na ótica do sistema processualista brasileiro, a indispensável comprovação de prejuízo (art. 563 do Código de Processo Penal). Princípio do “Pas de nullité sans grief”, aplicável às nulidades absolutas e relativas, indistintamente. E quem neste sentido afirma é o próprio Colendo Supremo Tribunal Federal, ao asseverar que “A posição firme desta Corte é no sentido de que as nulidades alegadas, para serem reconhecidas, pressupõem a comprovação do prejuízo, nos termos do artigo 563 do Código de Processo Penal, não podendo esse ser presumido, a fim de se evitar um excessivo formalismo em prejuízo da adequada prestação jurisdicional. Cuida-se de aplicação do princípio cognominado de “pas de nullité sans grief”, aplicável tanto a nulidades absolutas quanto relativas. (RHC 159674 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 10/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-204 DIVULG 25-09-2018 PUBLIC 26-09-2018). Nesse diapasão, torna-se evidente a inexistência de prejuízo de qualquer espécie em relação ao adolescente correpresentado, repiso, o único a beneficiar-se do precitado direito a não auto-incriminação, apenas e exclusivamente na hipótese de que estivesse sendo ouvido na qualidade de indiciado ou réu no presente processo. Não o foi, porque pelos mesmos fatos já respondeu perante o seu Juízo natural, que é aquele menoril. Preliminar que se rejeita. Questão preliminar 2. Diz a arguição que o Promotor de Justiça que participou da Plenária, em seu debate oral, teria feito referência ao silêncio do apelante Fernando quanto às perguntas formuladas pelo parquet, aduzindo que o réu respondeu tão somente às perguntas da sua defesa e, em razão disto, os jurados teriam sido influenciados na sua decisão. Alega a violação ao disposto no art. 478, inciso II, da Lei Adjetiva Penal. Compulsada a ATA da Plenária, não consta afirmação do Promotor de Justiça no sentido de que, exatamente em razão do silêncio de Fernando em relação às perguntas do MP, seria ele culpado das imputações. Do contrário, o referido registro deixa claro, com grifo nosso, que “A i. Defensora solicitou que constasse em ata a referência feita pelo Promotor de Justiça em sua argumentação ao fato de que o réu Fernando somente respondeu às perguntas da Defensora. O Promotor de Justiça explicou

que iria ler as declarações prestadas pelo réu Neiardo durante o inquérito policial, porque não lhe foi franqueada a palavra para formular perguntas. [...] o representante do Ministério Público complementou as explicações sobre o direito do acusado ao silêncio, pedindo que o Magistrado consignasse decisão sobre o assunto. Disse que sua referência foi inocente e que de forma alguma foi usada para sustentar o pedido condenatório. Lembrou reiterada jurisprudência do STJ no sentido de que não haveria nulidade prevista no art. 478, inciso II, do Código de Processo Penal, o que somente ocorre se houver prejuízo à defesa. Ou seja, trata-se de nulidade relativa que pode ser sanada com a simples cassação da palavra de quem a utilizou, o que foi feito, inclusive, pela defensora (Recurso Especial 1294872-MA/STJ; Recurso Especial 1321276-SP/STJ e Apelação 0007426-54.2010.8.19.0083 TJRJ). Por fim, o Ministério Público ressaltou ter somente dito que iria ler a confissão do acusado em sede policial, tendo em vista que não foi franqueada a possibilidade de pergunta à acusação pela defesa do acusado Fernando, não servindo o seu direito ao silêncio como base para a sua sustentação, sendo certo que a defesa não apontou nenhum impedimento a ele. (...)” Nesses termos, não se verifica qualquer violação ao preceituado art. 478, inciso II, do Código de Processo Penal, que veda a referência ao silêncio do acusado em interrogatório, em prejuízo deste ! Grifei. No caso, a referência do Promotor foi a um eventual prejuízo suportado pelo Parquet quando da não inquirição, razão da leitura de peça de há muito disponibilizada nos autos, sem fazer disto, contudo, um argumento de autoridade capaz de influenciar a decisão dos jurados. De outro giro, já restou neste voto assentado que, em matéria de nulidade, é imprescindível a demonstração efetiva do prejuízo experimentado pela parte que a alega. Não o fazendo, perde toda a motivação e sentido jurídico a indigitada arguição. Preliminar que se rejeita. No mérito, segundo a denúncia, em 13 de dezembro de 2014, por volta das 08:00h, no interior da residência situada no Canto Esquerdo de Geribá, nº 2060, em frente ao Posto de Salva-Vida, na Comarca de Búzios, o recorrente Fernando e o adolescente Wanderson, sob as ordens de Neiardo, que a eles entregou o instrumento do crime, um pedaço de madeira, desferiram pauladas contra Raphael e Vitor Hugo enquanto estes dormiam, levando este último a óbito. Raphael conseguiu se desvencilhar e escapar dos seus alçozes. A motivação do crime teria sido uma discussão havida entre Neiardo e as vítimas Vitor Hugo e Raphael. A causa de diminuição prevista no artigo 29, § 1º, do Código Penal, deve ser afastada para o réu NEIARDO, uma vez que restou clara a divisão de tarefas entre ele e os outros agentes que perpetraram o delito – “autor intelectual” e “autores de execução” – sendo certo que cada conduta influenciou no resultado final. Neiardo foi o mandante do crime, determinou os executores a exercer sua vingança particular, ficou em vigilância para a boa execução do crime, podendo-se afirmar tinha ele o domínio final do fato. Portanto, não há que se falar em participação de menor importância para Neiardo, mas, sim, de legítima coautoria, mostrando-se inapropriada à espécie a aplicação da causa de diminuição, que deve ser decotada. Em que pese a primariedade dos réus, mostra-se incabível a fixação da pena- base em seu patamar mínimo, tendo em vista as circunstâncias desfavoráveis e as consequências dos crimes. Conforme se constata das provas dos autos, o resultado morte foi alcançado com requintes de crueldade, não recebendo a vítima sequer o benefício de uma morte rápida, eis que a agressão se deu com um pedaço de madeira. A consideração da crueldade não veio para configurar uma qualificadora, como pretendeu fazer crer a defesa. Tanto assim é que não fora aventada na denúncia e nem mesmo quesitada aos jurados, cuidando-se, portanto, da mera verificação das circunstâncias do crime. Pena de Neiardo que se modifica. RECURSOS CONHECIDOS. PRELIMINARES DE NULIDADE QUE SE REJEITAM. NEGADO PROVIMENTO AOS APELOS DEFENSIVOS, PROVIDO O RECURSO MINISTERIAL, na forma do voto do Relator" (e-STJ, fls. 819-831).

Neste *mandamus*, a Defensoria Pública estadual sustenta, em síntese, que: a) "No caso em espécie, verifica-se que a reprimenda básica do paciente restou fixada acima do mínimo legal (16 anos e 06 meses de reclusão pra os crimes de homicídio e 01 anos e 09 meses para o crime de corrupção de menores)"; b) "analisadas as diretrizes do art. 59 do Código Penal,

observa-se que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, bem como o 'comportamento da vítima são todos normais à espécie'; c) "na primeira fase da dosimetria, para os crimes de homicídio consumado e tentado, fixo a pena-base em 16 anos e 06 meses de reclusão. Para o crime de corrupção de menores a pena é fixada em 01 ano e 09 meses de reclusão"; d) "Na terceira fase da dosimetria, deve-se reconhecer que o homicídio restou tentado com relação a vítima Raphael. A fração de redução deve ser a máxima 2/3, tendo em vista que ele saiu ileso. Por isso, com relação ao homicídio tentado, a pena atinge 05 anos e 06 meses de reclusão para Fernando para Neiardo"; e) "totalmente despida de fundamentação foi à decisão de fixar a pena base dos homicídios em 04 anos e 06 meses acima do mínimo legal, pelo reconhecimento de uma qualificadora e duas circunstâncias judiciais desfavoráveis, a saber: circunstâncias e consequências do crime"; f) "nenhuma das circunstâncias apontadas aplica-se ao delito de corrupção de menores, não sendo motivação apta a justificar o acréscimo da pena em 09 (nove) meses, razão pela qual a pena do crime previsto no artigo 244-B, da Lei 8069/90, foi aumentada sem qualquer fundamentação válida" (e-STJ, fls. 3-17).

Pugna, assim, pela concessão da ordem a fim de reduzir as penas ao piso legal ou a patamar próximo ao mínimo.

Indeferido pedido de liminar (e-STJ, fl. 150), a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 166-171).

#### **É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Ainda, no que tange à dosimetria, a individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Destarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e dos critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do *habeas corpus*, pois exigiriam revolvimento probatório.

Feitas tais considerações, passo à análise dos fundamentos do *writ*, de forma a aferir a eventual ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão da ordem de ofício.

O Juiz Presidente do Tribunal do Júri, ao proceder à dosagem da pena, reconheceu:

"Passo a dosar a pena a ser-lhes aplicada, o que faço com observância ao disposto no art. 68, "caput", do Código Penal.

Analizadas as diretrizes do art. 59 do Código Penal, observa-se que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, bem como o 'comportamento da vítima são todos normais à espécie.

As circunstâncias do crime são negativas, uma vez que o resultado morte foi perseguido com requintes de crueldade, tendo em vista que o meio utilizado, pauladas, é apto a causar especial sofrimento na vítima.

As consequências do delito são negativas, tendo em vista que o resultado morte ocorreu várias horas depois dos atos praticados por Fernando e Wanderson, causando à vítima sofrimento prolongado.

Por isso, na primeira fase da dosimetria, para os crimes de homicídio consumado e tentado, fixo a pena-base em 16 anos e 06 meses de reclusão. Para o crime de corrupção de menores a pena é fixada em 01 ano e 09 meses de reclusão" (e-STJ, fl. 69).

Conforme se depreende do excerto acima reproduzido, a pena-base do crime dos crimes foi estabelecida acima do piso legal pela valoração negativa das circunstâncias e consequências do crime, sem que possa inferir arbitrariedade em tal conclusão.

Para fins do art. 59 do Código Penal, as circunstâncias do crime devem ser entendidas como os aspectos objetivos e subjetivos de natureza accidental que envolvem o fato delituoso. *In casu*, não se infere ilegalidade na primeira fase da dosimetria, pois o decreto condenatório demonstrou que o *modus operandi* do delito revela gravidade concreta superior à ínsita aos crimes de homicídio qualificado, pois a vítima foi morto a pauladas, o que demonstrada a grande crueldade da prática delitiva, restando, pois, justificado o incremento da básica.

Nesse sentido:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. NOVOS FUNDAMENTOS ADOTADOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. SITUAÇÃO DO RÉU INALTERADA. ANÁLISE CONJUNTA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DOS CORRÉUS. CABIMENTO. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL NA VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME E DA PERSONALIDADE. MOTIVAÇÃO ADEQUADA QUANTO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. ELEVAÇÃO DA PENA EM 1/4 (UM QUARTO). DESPROPORCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. DOSIMETRIA REFEITA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. A jurisprudência desta Corte consolidou entendimento no sentido de que o Tribunal de origem pode, mantendo a pena e o regime inicial aplicados ao réu, lastrear-se em fundamentos diversos dos adotados em 1ª instância, ainda que em recurso exclusivo da defesa, sem configurar ofensa ao princípio do *ne reformatio in pejus*; desde que observados os limites da pena estabelecida pelo Juízo sentenciante bem como as circunstâncias fáticas delineadas na sentença e na exordial acusatória.

3. A utilização da mesma fundamentação para se dosar a pena aos corrêus, em uma análise conjunta das circunstâncias judiciais, não viola a individualização da pena, desde que comunicáveis aos acusados.

4. É certo que a dosimetria da pena deve ser feita seguindo o critério trifásico descrito no art. 68, c/c o art. 59, ambos do Código Penal, cabendo ao Magistrado aumentar a pena de forma sempre fundamentada e apenas quando identificar dados que extrapolem as circunstâncias elementares do tipo penal básico.

5. Os fundamentos quanto às consequências do crime não são idôneos. Isso porque o fato de os bens não terem sido recuperados não justifica de forma válida a exasperação da pena-base, porquanto a subtração é inerente ao crime de roubo. Da mesma forma, o desvalor da personalidade está baseado em elementos genéricos, sem indicação de dados concretos a justificar a elevação da reprimenda-base.

**6. Por outro lado, a valoração negativa da circunstância do crime está devidamente fundamentada, porquanto os elementos apresentados são acidentais e não integram a estrutura do tipo penal, pois destacam o modus operandi empregado, que revela a maior gravidade do crime. A forma violenta que o paciente e seus comparsas utilizaram contra as vítimas, amarrando-as e desferindo-lhes chutes em uma delas, extrapolam as condições próprias do tipo de roubo e evidenciam a maior reprovabilidade do crime praticado.**

7. Presente apenas uma circunstância judicial negativa, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça tem entendido adequada e suficiente a exasperação da pena-base no patamar de 1/6 (um sexto) da reprimenda mínima. 8. Refeita a dosimetria.

*Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reformar a sentença condenatória e o acórdão impugnado, a fim de redimensionar a pena do paciente referente ao delito de roubo para 5 anos e 4 meses de reclusão e 16 dias-multa, mantidos os demais parâmetros fixados pelo Juízo de primeiro grau. (HC 359.152/RN, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 18/8/2017, grifou-se).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. ELEVAÇÃO DA

PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA.

I - Não há ilegalidade no v. acórdão recorrido que, analisando o art. 59 do Código Penal, verifica a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis aptas a justificar a fixação da pena-base acima do mínimo legal.

II - Dessa forma, tendo sido fixada a pena-base acima do patamar mínimo, em virtude da valoração negativa da culpabilidade (justificada pelo *modus operandi* e pelo emprego de meio que impossibilitou a defesa da vítima), das circunstâncias do delito (o crime foi cometido em ambiente carcerário, com a burla das medidas de segurança e com fomento de animosidade entre os detentos) e dos motivos do crime (o delito foi praticado para assegurar a ocultação de outro crime), com fundamentação concreta e dentro do critério da discricionariedade juridicamente vinculada, não há como proceder a qualquer reparo em sede de recurso especial (precedentes).

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 749.151/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/5/2016, DJe 16/5/2016, grifou-se).

Em relação às consequências do crime, que devem ser entendidas como o resultado da ação do agente, a avaliação negativa de tal circunstância judicial mostra-se escoreita se o dano material ou moral causado ao bem jurídico tutelado se revelar superior ao inerente ao tipo penal. *In casu*, embora o resultado morte seja ínsito ao crime de homicídio, o fato da vítima ter sofrido por horas antes de morrer justifica o incremento da pena-base a título de consequências do crime.

Ademais, "no delito de homicídio, havendo pluralidade de qualificadoras, uma delas indicará o tipo qualificado, enquanto as demais poderão indicar uma circunstância agravante, desde que prevista no artigo 61 do Código Penal, ou, residualmente, majorar a pena-base, como circunstância judicial" (AgRg no REsp n. 1.644.423/MG, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 17/3/2017).

Tratando-se de homicídio duplamente qualificado, a qualificadora remanescente, que não restou valorada da etapa intermediária da dosimetria, deve ser sopesada na fixação da pena-base, o que, *de per se*, afasta a possibilidade de fixação da básica no mínimo legal.

Nesse passo, mantida a valoração desfavorável das duas vetoriais, passa-se ao exame da proporcionalidade do aumento operado no decreto condenatório.

Com efeito, diante do silêncio do legislador, a jurisprudência e a doutrina passaram a reconhecer como critério ideal para individualização da reprimenda-base o aumento na fração de 1/8 por cada circunstância judicial negativamente valorada, a incidir sobre o intervalo de pena abstratamente estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador. Deveras, tratando-se de patamar meramente norteador, que busca apenas garantir a segurança jurídica e a proporcionalidade do aumento da pena, é facultado ao juiz, no exercício de sua discricionariedade motivada, adotar *quantum* de incremento diverso diante das peculiaridades do caso concreto e do maior desvalor do agir do réu.

*In casu*, em relação ao homicídio e ao homicídio tentado, considerando a presença de duas circunstâncias desabonadoras e o aumento de 2 anos e 3 meses por cada uma delas, chega-se à pena-base de 16 anos 6 meses de reclusão, ou seja, nos exatos termos do estabelecido pelo Juízo de 1º grau.

Em relação ao delito de corrupção de menor, considerando o intervalo de 36 meses entre a pena mínima e máxima estabelecida estabelecidas no art. 244-B do ECA, chega-se à elevação de 9 meses, o que corresponde ao *quantum* fixado no decreto condenatório. Ademais, foi reconhecido o consurso formal benefício entre os delitos contra a vida e o de corrupção e de menor, o que implicou soma das penas.

Nesse diapasão, sem tem que tenha sido vislumbrado excesso no cálculo dosimétrico, descabe falar em concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *writ*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator